



# Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

## LEI Nº 1408/1996

Que altera a Lei Municipal nº 1259, de 15/09/1993.

O Povo do Município de Passa Quatro, Estado de Minas Gerais, por seus representantes, aprovou, e eu, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O inciso II, nº 2, do Art. 1º da Lei Municipal nº 1259, de 15/09/93, passa a ter a seguinte redação:

“2 – Secretaria de Planejamento e Captação de Recursos”;

Art. 2º O Art. 3º da Lei Municipal nº 1259, de 15/09/93, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 3º A Secretaria de Administração terá sob sua responsabilidade o Departamento de Recursos Humanos, o Departamento de Material e Patrimônio e o Departamento de Finanças.

§1º ....

§2º ....

§3º O Departamento de Finanças tem por finalidade:

I – cadastrar, lançar e arrecadar as receitas municipais e fazer a fiscalização tributária;

II – receber, pagar, guardar e movimentar os numerários e outros valores do Município;

III – processar a despesa e manter o registro e os controles contábeis da administração financeira, orçamentária e patrimonial do Município;

IV – preparar os balancetes, bem como o balanço geral e as prestações de contas dos recursos transferidos para o Município por outras entidades ou outras esferas de Governo;

V – fiscalizar e fazer a tomada de contas dos órgãos da Administração centralizada encarregados da movimentação de numerários e outros valores;

VI – “executar a política fiscal do Município”.

Art. 3º A denominação da Seção III da Lei Municipal nº 1259, de 15/09/93, passa a ter a seguinte redação:

“Seção III – Da Secretaria de planejamento e Captação de Recursos”

Art. 4º O Art. 4º da Lei Municipal nº 1259, de 15/09/93, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 4º A Secretaria de Planejamento e Captação de Recursos tem por finalidade:

I – prestar assessoramento ao Prefeito em matéria de planejamento, organização, coordenação, controle e avaliação das atividades desenvolvidas pela Administração Municipal;



# Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

II – coordenar a elaboração, atualização e execução dos planos municipais de desenvolvimento, bem como de elaborar projetos, estudos e pesquisas necessárias ao desenvolvimento das políticas estabelecidas pelo Governo Municipal;

III – elaborar, com a colaboração dos demais órgãos da Administração e dos Conselhos Municipais, a proposta orçamentária anual e do orçamento plurianual de investimentos de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Governo Municipal;

IV – acompanhar e controlar a execução orçamentária;

V – coordenar o controle da execução física e financeira dos planos municipais de desenvolvimento, assim como avaliar seus resultados;

VI – “estudar e analisar, juntamente com os demais órgãos da Administração e com os Conselhos Municipais, o funcionamento e a organização dos serviços públicos municipais, promovendo a execução de medidas para o seu aprimoramento”.

Art. 5º O Art. 14 da Lei Municipal nº 1259, de 15/09/93, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 14. Ficam criados os cargos de provimento em comissão constantes do Anexo I desta Lei.

§1º Os cargos de provimento em comissão terão os seguintes níveis de remuneração previstos na Lei Municipal nº 1030, de 26/06/87:

I – Secretários – nível XV;

II – Chefes de Departamento – nível XIII;

III – Assessor de Gabinete – nível VII.

§2º O cargo de Secretário terá uma gratificação de função pró-labore no valor de 100% (cem por cento) do nível XV da Lei nº 1030/ 87;

§3º O servidor público municipal que for nomeado para o cargo de secretário terá seus adicionais por tempo de serviço e de escolaridade considerados para o cálculo de sua remuneração e da gratificação de que trata o parágrafo anterior;

§4º O servidor público municipal ocupante de cargo efetivo que for nomeado para o cargo de provimento em comissão poderá optar pelos vencimentos do cargo efetivo ou pelo do cargo em comissão”.

Art. 6º As despesas com a execução da presente lei correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



## Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Passa Quatro, 30 de dezembro de 1996.

Dr. Paulo Egídio Fonseca de Luca  
Prefeito Municipal

Paulo Roberto Moraes  
Secretário Municipal de Administração